COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº	DE 2024
(Da Sra. Adri	ana Ventura)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a remuneração variável de servidores da administração pública brasileira.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com o objetivo de debater gestão financeira no contexto da remuneração de servidores ativos e inativos da administração pública brasileira:

- a) Representante do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, para apresentar a perspectiva governamental sobre as estratégias de modernização das formas de financiamento da administração pública brasileira, destacando políticas e iniciativas em andamento para aumentar a eficiência e a sustentabilidade financeira do setor público.
- b) Representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - Unafisco, para tratar sobre a experiência prática posterior à implementação de mecanismos de remuneração variável em suas carreiras - inclusive no que se refere às métricas de remuneração variável possíveis para o setor público.
- c) Representante da Escola Nacional de Administração Pública
 (ENAP) para trazer uma visão acadêmica sobre as





d) Renata Vilhena, Professora de Gestão Pública na Fundação Dom Cabral, com experiência no Programa de Gestão Avançada da instituição - para tratar sobre diferentes modelos de remuneração variável e sua adequação para a implementação no setor público.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de realizar uma audiência pública dedicada à possibilidade de implementar mecanismos de remuneração variável na administração pública brasileira surge da necessidade de promover uma discussão ampla e aprofundada sobre estratégias inovadoras para melhorar a sustentabilidade financeira do setor público, ao mesmo tempo em que se busca promover a eficiência, a meritocracia e a produtividade no serviço público. Esta iniciativa se justifica pela importância estratégica de explorar alternativas que possam garantir a atratividade e a competitividade do serviço público como empregador, ao mesmo tempo em que se busca incentivar o desempenho e a excelência no trabalho dos servidores.

Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer que a administração pública enfrenta desafios significativos em relação à sua estrutura salarial e à gestão de pessoal. Muitas vezes, as políticas salariais são rígidas e pouco flexíveis, o que pode dificultar a retenção de talentos, desestimular a produtividade e comprometer a eficiência e a eficácia na prestação de serviços à população. Nesse contexto, a implementação de mecanismos de remuneração variável surge como uma alternativa promissora para promover a motivação, o engajamento e o comprometimento dos servidores, ao mesmo tempo em que se alinha os interesses individuais aos objetivos estratégicos e institucionais da administração pública.





A audiência proposta visa abordar uma série de temas relacionados à implementação de mecanismos de remuneração variável na administração pública brasileira, incluindo a análise dos benefícios e desafios dessa prática, os critérios e indicadores utilizados para mensurar o desempenho dos servidores, os modelos de remuneração variável adotados em outros países e setores da economia, e as possíveis formas de implementação e adaptação dessa prática ao contexto brasileiro.

Além disso, é importante destacar que a realização desta audiência pública permitirá a participação de autoridades, especialistas, representantes dos servidores públicos e da sociedade civil em geral. Será uma oportunidade para debater propostas concretas para promover a eficiência e a sustentabilidade financeira do setor público, ao mesmo tempo em que se garantem a justiça, a equidade e a transparência na gestão de pessoal e na distribuição de recursos públicos.

A participação de todos os interessados nessa audiência pública é fundamental para enriquecer o debate, compartilhar experiências e conhecimentos, e construir consensos em torno de propostas que possam contribuir para a modernização e o aprimoramento da gestão de pessoas e recursos na administração pública brasileira. A transparência, a participação e a accountability são fundamentais para fortalecer as instituições democráticas e garantir o uso eficiente e responsável dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Sala da Comissão, de abril de 2024.

Deputada **ADRIANA VENTURA** NOVO/SP



